

Olhar, conhecer, escrever pequeno ensaio crítico sobre a ditadura da escrita

José Américo de Lacerda Júnior

Doutorando em Educação, UFF
Professor de Filosofia da Educação

Apresenta alguns tópicos que possam contribuir para a desconstrução da racionalidade e do modelo de conhecimento que embasaram grande parte da Modernidade ocidental. Tenta fazer uma arqueologia à cata das raízes mais ancestrais desse modelo, para relacioná-las com algumas práticas atuais, especialmente no campo da educação. Ao mesmo tempo, pretende indicar algumas pistas que possam representar alternativas de mudança e de superação de dentro desta racionalidade.

Palavras-chave: Paradigmas; Educação; Conhecimento.

Recebido: 27.03.2003 Aceito em: 28.07.2003

Não é de hoje que nós, seres humanos, identificamos o real como sendo um cosmos, um mundo ordenado, governado por leis que, consoante a esta crença ancestral, estariam disponíveis ao nosso conhecimento. Um mundo cognoscível. Trata-se, de fato, de empréstimos semânticos que a Física fez da experiência social. Noções de causa, efeito e coisa foram tomadas do Direito, das questões litigiosas; enquanto que os conceitos de ordem e de cosmos vêm do mundo militar, em que eram aplicados à organização e ao comando dos exércitos e à constituição de um Estado. Porque, desde a revolução agrícola que marcou o início do neolítico, há cerca de 12.000 anos, os Estados organizaram-se à custa do tributo cobrado às aldeias e da corvéia imposta aos camponeses. Para tal empreitada, fundaram-se sobre o tripé exército-corte-templo, segundo o qual o aparato estatal dominava através da força militar, da unidade política em torno de um rei dotado de poderes divinos e de uma religião oficial em cujo templo eram cobrados os tributos.

A Física, surgida depois do Estado tributário, projetou as leis jurídicas sobre o comportamento do mundo dos fenômenos naturais. Neste contexto, não poderia ser diferente: se algum fato da natureza viesse a contradizer as leis jurídicas do Rei-Estado-Sagrado, colocaria em xeque todo o aparato montado para garantir a vigência do sistema tributário. Afinal, era o mesmo poder sagrado que conferia ordem ao Estado e ao universo. Se havia guerra, o mundo estava ameaçado; se havia enchente, o Estado perigava ruir.

Há uma antiga história do Talmud, preservada na oralidade dos povos semitas, que narra a criação do mundo. Lá está presente uma mentalidade ainda pastoril e nômade, anterior à contaminação monárquico-sacerdotal da narrativa do Gênesis, que passou para a Bíblia atual. A história diz que aconteceram 26 tentativas antes da gênese como está descrita no texto que chegou até nós¹. Deus criava, mas o mundo não se mantinha e perdia-se no caos. Na 27ª tentativa, juntando os destroços das anteriores, conseguiu fabricar algo que assegurava alguma ordem e estabilidade. E Deus exclamou: "tomara que se mantenha!". Porque já estava cansado de reunir sucatas cada vez mais difíceis de combinar, frustrado por tantos malogros e irado diante da própria incompetência. Já ia mesmo desistir...

E não é que, desde então, o mundo se mantém com alguma estabilidade! Se ainda não regressou ao caos ou ao nada – se é que podemos falar nestes termos –, temos licença de almejar algum futuro. Pois, pelo que parece, juntou-se ordem sobre ordem, numa auto-organização cada vez mais complexa, numa cadeia de entrelaçamentos infinitamente embrenhados, fazendo com que a pretensa ordem se mantenha por um fio. Embora nada seja absolutamente certo, nada é também absolutamente incerto. Nós, os humanos, podemos, assim, ir construindo coisas e sentidos, sociedades e máquinas. Porque, vivos, somos empurrados a não ficar parados, esperando pelo incerto. Aprendemos do próprio deus talmúdico a ir combinando sucatas por ensaio e erro, às apalpadelas, gestando nosso mundo, construindo pontes sobre pontes para chegar a um *outro lado* nebuloso.

E fomos tão longe que destronamos esse deus artesão, sucateiro, para sermos, nós mesmos, os novos demiurgos. Juntando pedaços aqui e acolá, hoje e ontem, escarafunchando antigos baús e novas tecnologias, mesmo à custa de vidas humanas e de outras espécies, da produção de muito lixo e da poluição do planeta, vamos mantendo alguma ordem. Estranha ordem. Mas ordem. Esta é uma ciência compulsivamente anal, que tem

¹ O texto do Gênesis, especialmente aquele que narra a criação do mundo, possui uma superposição de camadas semânticas de épocas diferentes, contendo elementos de traduções religiosas javistas, eloístas, deuteronomistas e sacerdotais.

náuseas ao menor sinal de desordem (daquilo que considera desordem).

Primeiro, obedientes aos ciclos climáticos e peregrinos da abundância dos ecossistemas para a caça e a coleta de alimentos, fomos capazes de inventar deuses próximos que, críamos, habitavam todas as coisas. Sim, hoje dizemos *coisas*, esses seres sem alma, insípidos, desencantados, vazios de qualquer intencionalidade, que estão aí para nos servir. Exasperamos o antropocentrismo religioso e passamos a atribuir a exclusividade da alma a nós mesmos, classificando o resto como coisas.

Mas que palavra há de ser quase-bona para exprimir tal sentimento mágico? Na verdade, os espíritos eram as coisas. Mais: eram coisas. Como quaisquer outras. Sem distinções metafísicas. A aliança animista com o mundo não faz distinção entre matéria e espírito, mas também não considera que tudo seja só matéria. Não considera a dualidade sujeito-objeto, mas também não a desconsidera. Ela simplesmente não existe e nem é cogitada. Tudo sofre de uma invejável imediatez. Nem mesmo a profundidade de campo os olhos daqueles humanos enxergavam. Em contrapartida, sua percepção do movimento era maior que a nossa de hoje, pautada pelo ponto de fuga inventado pelos modernos. Aqueles humanos do pré-neolítico acreditavam mesmo que as estrelas eram daquele tamaninho, dependuradas no arco celeste; e as zebras ao longe, pastando na savana, tinham as dimensões que os olhos enxergavam. Um pouco como as nossas crianças de hoje². Porque nem mesmo o ato de olhar é inato, mas demanda aprendizado no contexto das interações biossociais dos indivíduos, demorando, muitas vezes, até 15 anos³ para estar integrado a um real construído em colaboração com os outros sentidos, com a cultura e com a rede neuronal do organismo. Mesmo assim, adultos, nos pegamos, não poucas vezes, praticando as chamadas ilusões de ótica e tendo que corrigi-las com informações provindas do intelecto. Porquanto, essa sensação que temos de um mundo lá fora é, na realidade, uma espécie de coação que os sentidos exercem sobre o córtex cerebral, forçando-o, em sua comunicação com o tálamo, a inserir imagens (e isto é uma metáfora!) combinadas com os sentimentos provindos das regiões ancestrais. Na verdade, em termos de comportamento eletroquímico e fisiológico, tanto a vigília (coação dos sentidos, do mundo *exterior*) quanto o sono (sentidos em descanso) compõem um único e incessante processo cerebral. O que chamamos de consciência, essa criadora de um real exterior cognoscível, é o processo de integração dos dados sensoriais do córtex com os sentimentos do tálamo. Na ausência de tais dados, a interação córtex-tálamo continua a produzir estados cerebrais que classificamos como fantasia, alucinação ou sonho.

A visão, essa metáfora manca do conhecimento, é praticada à distância. Porque a luz a tudo pervade e reflete sobre nossas retinas os raios restantes da misteriosa opacidade das coisas. Tudo a uma velocidade espantosa! Tocar, no sentido do tato, não é preciso. Porque a luz nos toca infinitas vezes a cada segundo. Mas não a sentimos da mesma forma que a um vento ou a uma pedra. Ver quase não compromete quem vê. Pode-se assistir a quase tudo sem imiscuir-se na *sujeira* dos fatos e sem enovelar-se em sua trama intrincada.

Entre nós, ver e conhecer tornaram-se quase a mesma coisa. Desde Platão, com sua alegoria da caverna, quantas vezes já não se identificou o saber com a luz e a racionalidade como sendo a libertação das trevas? Da Grécia antiga, fundadora da teoria (*Theorein*, em grego: contemplar), à

² Há inúmeros relatos de cegos, que recuperaram a visão através de cirurgia, em que, para que possam enxergar em profundidade de campo, necessitam tocar os objetos (cf. SACKS, 1997, p. 134s). Crianças, para desespero de muitas mães e pais, também estão sempre *olhando* as coisas com as mãos. Mas não há outra maneira para aprendermos a olhar e irmos construindo sua textura, densidade e tridimensionalidade, fundamentais para a visão em profundidade de campo e para o desenvolvimento da espacialidade. Os sentidos cooperam estreitamente para a melhor conservação da adaptação (acoplamento estrutural).

³ Citado por SACKS, *Op. cit.*, narrando as conclusões do psicólogo canadense Donald Hebb no livro *The Organization of Behavior*.

decantada ilustração europeia, quanta exaltação do olhar!... Nas religiões, também. Deus é identificado com a luz em muitas tradições. Desde o criacionismo judaico, que narra Deus criando primeiro a luz, passando pelo messianismo cristão do Verbo que veio para iluminar as trevas, até o *satori* dos budistas, as metáforas ligadas à visão e à iluminação dominam o discurso místico e doutrinário.

A escola que conhecemos hoje, desde suas origens no século XVI, herdou e reproduziu fielmente esta tradição iluminista. Mais que outras instituições, deu corpo à metáfora da visão, do conhecimento como luz. E mais: a escola conseguiu estabelecer a platônica divisão entre aqueles que moram no mundo das sombras, ao fundo da caverna, e aqueles que ascenderam à luz e retornam, superiores, para ensinar os pobres que ainda permanecem na penumbra⁴.

Sabemos, hoje, que vê-se não apenas com os olhos, mas com toda uma rede neuronal embrenhada cérebro adentro e cuja trama estamos ainda longe de poder decifrar. O mundo não é dado ao olhar da mesma forma que se dá às lentes de máquinas fotográficas. E nem o olhar é dado ao corpo como que de nascença. Não bastam retinas nem nervos óticos recebendo e transmitindo impulsos, como se fossem lentes, *chips* e tubos de câmaras. Construímos nosso mundo incessantemente por meio de experiências, classificações, memória e reconhecimento.

Aprendemos a olhar. Como a falar, a andar, a comer, a ler e a escrever. Trata-se de uma ação que é aprendida relacionando comportamentos, movimentos, busca e exploração do mundo *exterior* e *interior*⁵. A metáfora representacionista, segundo a qual os olhos funcionam como *janelas* passivas do intelecto, não tem mais sentido. Isso vale também para o ouvir, o degustar, o apalpar e o cheirar. O acoplamento estrutural a que nos damos durante a vida, todas as nossas interações biossociais, o diálogo entre genes e cultura, faz-nos processar um *design* neural, uma *infovia* eletroquímica, que forma redes de impulsos que parecem (parecem!) visar ao melhor desempenho para a sobrevivência da espécie e a conservação das aquisições adaptativas. A distinção entre sentidos e intelecto, filha do velho dualismo grego, matriz da separação entre senso comum e ciência, não tem fundamento. Porque os sentidos, da mesma forma que o intelecto, são construções neuronais e agem em íntima cooperação eletroquímica e cultural.

Mas houvessemos por bem romper com a aliança animista. E banimos os espíritos para um mundo além, uma transcendência, um lá-depois que as religiões trataram de inventar para que pudéssemos cultivar a terra e domesticar animais a serviço de nosso progresso. Domesticar ecossistemas, na verdade. Descartamos a obediência cega ao clima e acreditamos sermos os senhores da terra. Povo eleito. Reis da criação. Os outros povos eram os outros, inferiores, menores. Os outros seres, inferiorizados, nomeados, passaram a estar ao nosso dispor. Sim, inserimos aí a cunha da criação, a idéia de que houve um início do mundo e que haverá um fim. Nova concepção de tempo, de história e de trabalho. Agricultores, arvoramo-nos em donos da terra. O fazer humano ganha sentido, finalidade, teleologia, pois deve dar prosseguimento ao que Deus havia começado. Tudo fora criado para nós, seres meio divinos, menores um pouquinho do que os anjos, que recebêramos de Deus o mandato de a tudo vencer e dominar. Mesmo sendo um castigo, o trabalho vem carregado com este sentido.

⁴ Esta idéia está presente no texto de LINHARES, Célia. *Formação de professores no Brasil: entre o discurso acadêmico-pedagógico e a escola pública fundamental* – 1995, mimeo.

⁵ Tenho uma amiga, cega de nascença, que até os 9 anos de idade não se sabia como tal. Sua mãe, temendo um sofrimento muito grande, escondeu isso dela até não mais poder. Ademais, pesquisas realizadas com abelhas dão conta de que estes insetos desenvolvem seus receptores nervosos de cores de acordo com a estimulação cromática provinda do meio em que vivem.

De outra parte, quiséramos escapar do tempo, soltar-nos das amarras da mudança e do devir. Afinal, a morte, lá na frente, conferia a cada gesto do hoje um caráter de irreversibilidade, válido também para as coisas ao redor. Como não bastasse a imortalidade dos deuses, buscáramos também um eterno, imutável, aqui na diversidade e na ligeireza do mundo. Entre o devir dialético de Heráclito e o ser idêntico a si mesmo de Parmênides, prevaleceu o segundo, fazendo com que a ciência posterior creditasse ao tempo e aos fenômenos uma monótona reversibilidade. Pedra de Sísifo. Assim, o mundo tornava-se lugar de auto-reprodução do mesmo e imutável ser, que, contraditoriamente, escapava como o vento às tentativas de apreensão na gaiola conceitual das certezas. Durante muito tempo, o tal *sujeito* alimentou a ilusão de tê-lo apreendido na forma encaixotada do *objeto*, mas de novo ele fugia pelas frestas, deixando tudo em aberto como antes.

Por fim, de dentro da religião, irrompemos com a gaia ciência, a aliança moderna. Tomamos o lugar de Deus e acreditamos termos desvendado os segredos da natureza. A crença científica, surgida na Europa a partir do século XVI, fez aprofundar a convicção religiosa judaico-cristã segundo a qual nós, humanos, somos os senhores do mundo, os reis da criação. Porque o fascínio da ciência e da técnica tornou mais arraigada a ilusão religiosa da superioridade humana sobre as outras espécies e do antropocentrismo, segundo o qual toda a criação estaria a nosso serviço. A crença antropocêntrica, aliada à ilusão da inesgotabilidade dos recursos da terra (reversibilidade do tempo, natureza domável), à mentalidade belicista e à busca burguesa do progresso em forma de riqueza e bem-estar, trouxe nova ordem ao mundo de *lá*, da natureza, e ao de *cá*, da sociedade humana. Quiséramos unir as estrelas com os humores humanos sob as mesmas leis. Rompêramos as barreiras que separavam os céus acima e os céus abaixo. As coisas – de novo elas – são, agora, conceitos produzidos por uma razão humana separada do resto do mundo.

A nova racionalidade foi, então, aplicada a todos os campos possíveis da atividade humana. Do mesmo modo que a natureza, a produção de bens e a gestão da riqueza ganharam sua própria ciência, assim como a sociedade, as relações de poder, o Estado e a alma humana. Inventamos regras morais, homens lobos de homens, leviatãs e contratos sociais. E um instituto chamado democracia, pelo qual uma maioria quantitativa elege seus representantes para a governança, para a elaboração de leis e para outras funções no âmbito dos três poderes constituídos pelo pacto liberal-burguês.

A metáfora do olhar

De acordo com o dicionário, metáfora

“é uma figura de linguagem que consiste na transferência da significação própria de uma palavra para outra significação, em virtude de uma comparação subentendida. — Por exemplo, quando se diz ‘Ele é uma raposa’, emprega-se uma metáfora, isto é, usa-se o nome de um animal para descrever um homem que possui uma qualidade, astúcia, que é própria do animal raposa.

A metáfora sugere comparação sem usar explicitamente a palavra como. A palavra metáfora vem do grego e significa mudança, transposição de sentido, basicamente por semelhança.

*O emprego da metáfora pode contribuir para enriquecer a linguagem. Tem importante função expressiva porque põe em destaque aspectos que os vocábulos próprios para a situação talvez não evocassem, sobretudo na linguagem poética. A metáfora é encontrada praticamente em todos os tipos de linguagem de todas as épocas. O salmo 23 da Bíblia, por exemplo, baseia-se em uma metáfora. Começa com as palavras 'O Senhor é meu pastor', sugerindo, assim, que a relação de Deus com os homens é como a relação do pastor com suas ovelhas. A expressão 'cortina de ferro', empregada por Winston Churchill para designar um problema de política internacional, é uma metáfora.'*⁶

Quando falamos em metáforas, estamos quase sempre indicando ao ouvinte ou leitor que salte de um sentido a outro, tramando entre eles uma relação de semelhança ou diferença, tirando algo que parece sobrar em um para preencher a carência de significado do outro. Não há como não se expressar em metáforas: quando uso, acima, o verbo *tramar*, estou tomando emprestado o sentido ao campo semântico dos tapeceiros e tecelões, que tramam cordas e fios para compor suas obras. Quase sempre, as metáforas procedem tomando sentidos da vida diária, dos fazeres cotidianos, das coisas e relações palpáveis, para aplicá-los a processos intangíveis. Voz aveludada, matéria, cadáver, calendário, força, trabalho, saber, dar à luz... Astros para designar pessoas famosas; raiz para dizer a origem; pedra para significar fundamento; trem para dizer coisa; coisa para dizer mundo; luz para denotar conhecimento.

Acostumados a esperá-la apenas na literatura, quase não nos damos conta de sua presença constante no cotidiano e no discurso científico. Quando dizemos *digerir uma idéia* ou *incorporar um conceito*, é compreensível o fato de que sejam metáforas, mas poucos de nós as questionam em termos semânticos e quase todos as aceitamos como se as palavras e as relações de sentido que estabelecem na língua pudessem expressar algo do que chamamos real. E mais: as metáforas que usamos denunciam, muitas vezes, nossos pressupostos teóricos, o campo semântico e cognitivo a partir do qual estamos propondo as idéias. No campo das ciências, na genética, por exemplo, é comum ouvirmos hoje conceitos como *informação*, *código*, *inibição*, *programa* e outros mais, emprestados ao campo social e ao código da escrita e ressignificados no mundo da abordagem molecular. Metáforas que prestam um excelente serviço à compreensão/descrição das possíveis relações travadas no nível liliputiano. E quem nunca teve problemas com a *memória* do computador?

Se visitarmos a física, aí então é que encontraremos uma multidão de metáforas. A própria matematização do mundo está fundada na crença, portanto na metáfora, de que ele se comporta como uma máquina, com processos regulares, estáveis e, por isso, previsíveis. Uma presumida perfeição absolutamente adequada à pretensa exatidão do conhecimento matemático. Este *fazer sentido* que as palavras tramam exprime, como querem muitos, o conhecimento, que, por sua vez, compreende as coisas recorrendo também a uma metáfora, a da visão, que, interiorizada, transforma-as em objetos.

Conhecimento. Luz. Olhar. Eis a metáfora ancestral.

Presente na quase totalidade das tradições antigas, no oriente e no ocidente, na África e na Oceania, no norte e no sul, esta poderosa metáfora mobilizou nossos antepassados na realização das grandes sínteses mágico-

⁶ Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital.

religiosas que forneceram as bases do que, posteriormente, se chamou filosofia e ciência. Inúmeras cosmogonias iniciam seus relatos com a criação da luz, para, em seguida, surgirem os demais seres aptos à visão e ao conhecimento.

Durante milênios na história⁷ da humanidade, o mito reinou solitário, na forma como os humanos compreendiam tudo, dirigindo-lhes a política, a ciência, a religião, o trabalho, a vida familiar, a produção de sentido. Assentado na oralidade, nas peças artísticas e na tradição (do latim, *tradere*: entregar), consegue manter vivas as referências fundadoras de muitos povos, mesmo após a reviravolta social provocada pela revolução agrícola, ocorrida por volta de 10.000 a.C.

Mas a codificação da escrita, dada pelo ano 5.000 a.C., marca o início da passagem do ouvir (oralidade) para o ver (a leitura). A tradição continua, mas a tecnologia utilizada para produzi-la e mantê-la muda radicalmente. Com a fundação das monarquias tributárias, os relatos dos mitos fundadores passam agora a ser guardados por escribas da corte, sob responsabilidade do rei, fazendo com que o poder do xamã fique cada vez mais subjugado à vontade do monarca. O surgimento dos grandes impérios no oriente próximo, na região do Crescente Fértil, entre os rios Tigre e Eufrates, consolida o modo de produção tributário, que incorpora o sacerdócio ao poder do monarca, ficando o sagrado, doravante, adequado ao sistema de poder que se firma em torno do rei-deus. Os mitos passam a ter, então, um caráter oficial, estatal.

O sistema tributário conseguiu uma divisão social do trabalho de modo a permitir que uma casta sacerdotal pudesse ser liberada para as atividades de administração da riqueza, posto que o templo se tornara o principal centro de arrecadação de tributos. Por isso, a grande força que motivou a codificação da escrita não foi sobrenatural, mas econômica: a administração do templo, sua contabilidade e a prestação de contas ao deus-monarca criavam sérios problemas à memória dos sacerdotes, pois o volume de riqueza gerado pelos tributos era enorme. Assim, crescia a necessidade de se utilizarem símbolos que fossem compreensíveis a toda a corporação sacerdotal, posto que a tarefa exigia um trabalho em equipe e deveria ser o mais exata possível. Afinal, era a riqueza do deus a quem serviam... Foram adotados conjuntos de sinais que, aprovados pela autoridade real⁸, tornaram-se oficiais. Primeiramente deveriam ser aceitos pelo corpo sacerdotal, sendo, depois, ensinados aos escribas. Todos os administradores deveriam ser iniciados nesta codificação (alfabetizados, diríamos hoje). Havia mesmo escolas para os escribas e muitas listas de sinais eram usadas como *livros didáticos*. Assim como as linguagens de programação de computadores e a *Internet* de hoje, a escrita surgiu, não como meio de publicação, mas para facilitar o trabalho de administradores e sacerdotes.

A escrita era uma profissão e uma arte. Também o eram a metalurgia, a escultura, a guerra, a medicina e a tecelagem. Mas o escriba desfrutava de posição social privilegiada, podendo ascender a postos de poder e riqueza. Em sociedades extremamente estratificadas, a *alfabetização* era um dos poucos caminhos que permitia algum progresso na rígida hierarquia social estabelecida. O domínio da leitura e da escrita era valorizado, não como meio de adquirir algum conhecimento, mas como trampolim social para se conseguir alguma prosperidade⁹. Isso, é claro, era privilégio de poucos, pois

⁷ É claro que chamo de história aqui ao processo de constituição biossocial dos seres humanos, independentemente de haver domínio sobre uma ou mais técnicas de reprodução da vida social e da significação (produção de subjetividades). Dispensso, por isso, a classificação que chama de pré-história ao período anterior ao domínio social dos códigos da escrita.

⁸ Em todas as sociedades tributárias, o monarca tem o poder de mudar os nomes porque recebeu dos deuses o mandato para isso. Na China, por exemplo, o fundador do império Qin Shihuangdi (séc. V) trocou o nome do soberano de *wang* (rei) para *huangdi* (imperador), bem como reservou o uso do pronome da primeira pessoa exclusivamente para si.

a quase totalidade da população não dominava qualquer código estável de leitura e escrita. Digo código estável porque houve não poucos casos de indivíduos que perambulavam pelas ruas virem a dominar rudimentos de leitura e escrita pelo uso de um punhado de caracteres mais comuns do léxico da elite escrevente. É provável que tenha havido uma escrita das ruas, mas as tabuinhas que os arqueólogos vêm desenterrando e decifrando mostram apenas escritos da corte, de negócios e de rituais. Mesmo entre os poderosos e ricos, poucos sabiam ler e escrever, contratando escribas e copistas para tal tarefa. A escrita foi o que são, hoje, as linguagens de programação para computadores e os códigos-fonte de programas: um código hermético para a maioria, domínio de uma elite, mas que impactou a vida de todos.

Mas não pensemos que, por ter surgido em contexto contábil, a escrita fosse despida de caráter mágico-religioso. Nas teocracias da Mesopotâmia, toda tarefa exercida em função do rei era sagrada e vinha revestida de ritos próprios. O entusiasmo dos escribas vinha, não somente das possibilidades de ascensão social que a escrita oferecia, mas da semelhança divina que ela provocava. Aliás, pertença ao divino e ascensão social estavam intimamente implicadas uma na outra. Escrever, para eles, era fazer coisas (signos) que reproduziam e substituíam as coisas do mundo (objetos evocados pelos signos). Tudo se dava no plano do real, do palpável, em que os nomes escritos brotam das próprias coisas na forma de emanção sonora (quando pronunciados) e visível (quando escritos/lidos). O nome contém, materializa, confere visibilidade ao destino da coisa, à sua função e finalidade, tornando os humanos escritores semelhantes aos deuses. Com a escrita podem, doravante, desvendar a constituição e a finalidade das coisas, interferindo com aquilo que, teocentricamente, chamavam de *natureza*. Semi-deuses...

Ainda hoje, quase cinco mil anos depois, continuamos praticando relações mágicas entre as palavras e as coisas, herdeiros que somos da exegese realista de nossos ancestrais, inventores da escrita. É comum encontrarmos pessoas que não pronunciam certas palavras, principalmente nomes de doenças graves¹⁰, para que a coisa não seja atraída para si. Superstição, dizem muitos. Mas, parte desses que condenam à magia ingênua aquelas pessoas que não pronunciam tais nomes também recorrem a outros aspectos da herança dos ilustres realistas e teocêntricos mesopotâmios. Usam, por exemplo, a palavra *nomeação* para designar o ato de uma autoridade que legitima alguém num cargo, função ou posição. O ato de nomear, revestido de um caráter de poder realizar aquilo que está escrito/falado, é herança mágica de nossos ancestrais, para quem dizer a coisa ou escrevê-la tem a força tanto de decifrá-la quanto de fazê-la acontecer. Inventamos também selos, carimbos e assinaturas que conferem veracidade, autenticidade e autoridade aos documentos. Ou mesmo, quando em situação desfavorável, desabafamos um suspiro e pronunciamos *meu Deus, nossa Senhora, droga, merda ou Jesus*, estamos confiando no poder de certas palavras mágicas para nos aliviar do sofrimento daquele momento. Porque não há palavra sem emoção.

Nossos ancestrais da escrita não faziam tal distinção: pronunciar um nome é chamar à existência a coisa que ele designa. A maioria das narrativas de criação trazem esta relação entre as palavras e a ação, desde os antigos sumérios, com o poema da criação que diz que o céu e a terra não existiam

⁹ Eis a carta de um pai a seu filho, encontrada no Egito, escrita por volta de 1.200 a.C.: "*Decide-te pela escrita e estarás protegido do trabalho árduo de qualquer tipo; poderás ser um magistrado de elevada reputação. O escriba está livre dos trabalhos manuais... é ele quem dá ordens... Não tens na mão a palheta do escriba? É ela que estabelece a diferença entre o que és e o homem que segura um remo*". Citada por CHILDE, 1978. p.183.

¹⁰ No interior de Minas Gerais, em Leandro Ferreira, na região oeste do estado, Dona Conceição, vulga São, fazendeira de sabão, de dobradinha de boi e lavadeira, carrega uma lista considerável de nomes interditados, a maioria religiosos e médicos. Nomes de orixás, de pais-de-santo, de demônios e anjos, de doenças graves, de pessoas com doença mental, de autoridades não são pronunciados, apenas referidos.

porque *não eram pronunciados*, até os mais recentes, hebraicos, com a narrativa dos primeiros capítulos do Gênesis, na qual Deus cria todas as coisas por meio da palavra. Pena não termos tempo nem espaço para tratar aqui o Nominalismo medieval...

Escrita e exegese realista

Toda vez que se inventa uma nova tecnologia, mesmo que financiada pelo poder – e quase sempre o é –, surgem também novas relações que pressionam novas adequações sociais. Grupos antes acomodados têm que se mexer para não perder prestígio diante dos emergentes detentores do novo saber que impacta a todos. Com a escrita não foi diferente. Os escribas, categoria emergente, ameaçam o poder dos sacerdotes, provocando mudanças na teologia da corte de modo a manter a nova tecnologia submissa ao domínio do religioso. Assim, a escrita fez surgir também uma exegese que lhe garantisse o realismo do sentido. No contexto em que surgiu, a escrita precisava de uma exegese que desse conta da decifração total do sentido das palavras, uma vez que a variedade de interpretações sempre representava perigo ao poder constituído. Porque a multiplicidade de sentidos corrompia na base o realismo segundo o qual os nomes emanavam das coisas. Como seria possível uma única coisa emanar nomes diversos? Mesmo hoje a exigência de uniformidade continua: os gramáticos admitem que uma coisa tenha mais de um nome, de acordo com costumes lingüísticos regionais, mas não toleram a hipótese de que uma palavra seja grafada de formas diferentes. Assim, se formos escrever a palavra *casa*, não é aceita a forma *caza*. A grafia não admite variedade.

Mas a principal preocupação com uma exegese realista não era de base puramente semântica nem lingüística, mas política. O poder do monarca estava assentado sobre sua própria divindade: deus o nomeara (de novo o nome) para aquela função poderosa, de modo que, se houvesse uma dúvida sequer sobre aquela nomeação, seu poder estava ameaçado. A exegese realista era a garantia do sentido único das palavras que, por sua vez, era a sustentação da *ideologia* da nomeação divina do rei.

Sentido único, pensamento único: tudo tão antigo e tão atual. É oportuno lembrar aqui a história chinesa do camponês que levou à corte um galo que havia botado um ovo. Assustados, os homens da corte trataram de matar o galo e confinar o homem no calabouço, fazendo-o passar por louco. Afinal de contas, um galo botar um ovo contraria radicalmente as leis da natureza sobre as quais se assentava o poder do imperador. Contrariada uma dessas leis, todo o Estado estava sob ameaça. Por isso a necessidade de uma exegese.

Antes que a escrita se tornasse tecnologia, força produtiva, invasão humana no domínio dos deuses, a exegese era realizada por sacerdotes e magos, que guardavam a sete chaves suas técnicas de decifração do escrito. Qual escrito? O escrito dos deuses que dá forma aos seres e aos acontecimentos. Sua intervenção no mundo é escrita e se dá de várias maneiras: eles escrevem na face do céu, dispondo os astros cujos movimentos regem a vida humana; escrevem no ventre dos animais do sacrifício, arranjando o aspecto das entranhas; escrevem em rostos de pessoas exóticas;

na palma da mão; no meio ambiente, na infinita gama de minerais, paisagens e climas; nas situações da vida onírica e mais numa série de eventos particulares da existência. Apenas os acontecimentos inesperados, fora do comum, ganham a qualidade de presságio, posto que fogem da lógica banal e rotineira da existência de todos. Galos que botam ovos, carneiros de cinco patas, fígados apresentando cavidades estranhas, rostos deformados, tiques nervosos e outros fatos afins precisam ser lidos, interpretados, para se conhecer o desígnio dos deuses ali escrito. Aqui entra o mago, perito na linguagem divinatória, para fazer a exegese do texto.

Tal exegese foi possível, em grande parte, por causa do realismo mágico em que a escrita estava mergulhada: os deuses se utilizam de ideogramas e os inscrevem nas coisas para alertar os humanos sobre vários aspectos da vida íntima, da política, dos negócios, do clima. A invenção da escrita faz com que os humanos ascendam a posições divinas, sendo capazes eles mesmos de escrever e decifrar o escrito que emana das coisas. Assim sendo, o mago vai sendo substituído pelo escriba, num processo sócio-cultural que inaugura a ruptura com o imediato, com o singular e com o eventual e abre caminho para o distanciamento, a generalização e a abstração.

A metaforização da luz ganha nova configuração, causando mudanças radicais no próprio ato de olhar. A escrita, cada vez mais presente nas sociedades humanas como fiel depositária da contabilidade real, avança seus tentáculos para outros campos, passando a mediar contratos, negócios e trocas simbólicas. Pouco a pouco vai se tornando também instrumento de memória, de produção simbólica, guardião do sentido. Fazendo com que a linguagem se torne visível, a escrita vai ganhando terreno sobre a oralidade, despontando entre os gregos, já no século VII a.C., como processo autônomo em relação às coisas que descreve no mundo *lá fora*. Traz autonomia em relação às coisas, mas impõe às sociedades arbitrar os sentidos e os sons das palavras. Esta arbitrariedade foi exercida, em grande parte, pelas elites letradas submissas ao palácio e ao templo¹¹.

O processo de autonomização da escrita, aliado à função de guardião da memória, caminha lado a lado com a emergência da metáfora do olhar como base para sustentar as novas formas de conhecimento que vão se constituindo nas sociedades antigas. A passagem, entre os gregos, do mito ao pensamento racional faz parte do mesmo processo que libertou a escrita do contexto e da própria língua para inseri-la (a escrita) no mundo da intimidade da consciência pessoal.

Há um longo processo entre a escrita alfabética dos gregos e a nossa de hoje. Os gregos escreviam o texto corrido, sem parágrafos, sem capítulos, sem páginas numeradas. Numa palavra: sem formatação. Quando a escrita, nos albores da Idade Média, passou a utilizar o códice (em forma de livro) em vez do papiro (em forma de rolo), é que surgiram as primeiras exigências de formatação, fazendo com que a escrita fosse se transformando em texto. A página desponta como unidade e a disposição das linhas de texto começa a influenciar o próprio conteúdo. Assim, a apresentação do texto escrito (sua formatação) torna-se integrada ao conteúdo, influenciando fortemente a veracidade e a autoridade do mesmo. E hoje sabemos: qualquer trabalho escrito exige determinada formatação para ganhar veracidade. Na escrita atual, forma e conteúdo são indissociáveis. Esse assunto renderia muitos textos... Formatados, é claro!

¹¹ Um exemplo disso nos vem do império persa, iniciado no segundo milênio antes de nossa era: os sábios que inventaram a língua velho-persa e que tiveram um grande impulso por parte de Ciro, o Grande (555-529 a.C.), criaram um silabário com 36 signos e 5 ideogramas. Estes ideogramas representavam *o rei, deus, país-povo, terra-império e Ahura-Masda* (o deus), sacralizando graficamente aquilo que representavam. Os textos produzidos em velho-persa são todos de origem real – o rei falando de si – e com forte carga ideológica. É uma escrita voltada para o *dizer bem*, calcada no *pensar bem* e no *fazer bem*. O mal é a mentira. Mas é importante notar: só o rei podia *falar bem*.

Há um outro aspecto sobre o qual gostaria de chamar a atenção do leitor neste final de artigo. A escrita se tornou o meio principal pelo qual construímos o conhecimento. Descartamos o saber-fazer e supervalorizamos o saber-escrever. Tenho alunas de pedagogia que sei que são professoras competentes de educação infantil: criativas, inventivas, provocadoras da curiosidade infantil, afetuosas e atenciosas. Mas pouco dominam o código da escrita exigido numa universidade. Sabem fazer bem, mas sabem pouco escrever sobre sua prática. Como, na universidade, a avaliação é sobre a escrita e não sobre o saber-fazer, estas alunas acabam sendo classificadas como fracas, porque, de fato, não cultivaram o hábito de escrever. Reproduzindo a metáfora do olhar como se fosse o conhecer, desprezando o saber-fazer, identificamos o conhecimento dos alunos com sua capacidade de escrever e avaliamos, não suas múltiplas habilidades para exercer sua profissão, mas sim o único aspecto que a cultura letrada nos exige: o bom domínio do código escrito. Carecemos mudar isso...

Penso que nosso desafio é integrar sistemas diversos em uma nova metáfora do conhecimento, sem desprezar o que a metáfora do olhar já produziu e sem qualquer outro tipo de exclusão. Já é tempo de o saber acadêmico ser destronado de seu papel de juiz e algoz epistemológico dos outros saberes não-acadêmicos. Vale não apenas a mudança de paradigma (ainda muito interna à ciência, na concepção de Thomas Kuhn), mas o diálogo entre paradigmas. Afinal, conhecer é tão infinito !...

To look, to know, to write: a little critical essay on the writing dictatorship

The article presents topics concerning the deconstruction of the rationality and of the model of knowledge model on which Occidental Modernity is based. It attempts to search for ancestral roots of such model in order to relate them to some current practices, especially in the area of education. Moreover, it intends to present alternatives to change from within this rationality.

Key-words: Paradigms; Education; Knowledge.

Referências

CHILDE, GORDON. *A evolução cultural do homem*. Rio: Guanabara - Koogan, 1978

LINHARES, Célia F. *Formação de professores no Brasil: entre o discurso acadêmico - pedagógico e a escola pública fundamental*, 1995, mimeo

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento— as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: PSY II, 1995.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança. a metamorfose da ciência*. Brasília: UnB, 1984.

SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997